

# A França colonial, Santo-Domingo e Haiti (1630 – 1843)

JHON KELLY MONACÉ  
WALDECY RODRIGUES  
NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

**Resumo:** Este artigo propõe uma investigação histórica sobre o colonialismo e o neocolonialismo como modelos de exploração do Haiti pela França. As fontes históricas mostram que o Haiti foi o laboratório perfeito para experimentar e refinar estes modelos, o primeiro, através de relações coloniais de produção, enquanto o segundo estabeleceu relações neocoloniais, permitindo à França acumular riquezas à custa dos haitianos.

**Palavras-chave:** Colonialismo. Neocolonialismo. Acumulação de capital. Haiti.

**Abstract:** This article presents a historical investigation on colonialism and neocolonialism as models of exploitation of Haiti by France. Historical sources show that Haiti has been the perfect laboratory for experimenting and refining these models. The first was experimented through colonial relations of production while the second established neocolonial relations helping France to accumulate wealth at the expense of Haitians.

**Keywords:** Colonialism. Neocolonialism. Capital accumulation. Haiti.

## 1 Introdução

O conjunto de transformações sociais em curso nos países ditos “periféricos”, tanto no colonialismo quanto no neocolonialismo, seguiu a acumulação primitiva como mecanismo usado anteriormente pelos capitalistas (burgueses) para se apropriarem dos meios de produção nas mãos dos produtores e também de sua força de trabalho (MARX, 1978). As dinâmicas das sociedades contemporâneas que sucederam a acumulação primitiva antes da expansão do capitalismo são relativas à dimensão espacial, ao processo de trabalho, à restrição monetária e às relações de poder do sistema de produção.

No mundo da produção capitalista atual, os países dominantes formam um grupo restrito cuja história de seu desenvolvimento econômico, na maioria dos casos, está ligada à colonização de muitos outros países. Ainda hoje, nos processos de trabalho em escala mundial e no modelo de desenvolvimento capitalista, esses países mantêm relações neocoloniais de poder com antigos países colonizados ou outros países que eles podem continuar a dominar. Esses países “neocolonizados” formam outra categoria de países que aceitam a dominação, aderem e seguem regras ditadas pelas instituições financeiras internacionais que os arrastam para o modelo econômico imposto pelo pequeno grupo. Entre esses países estão os países da América do Sul e Caribe, da África, alguns países da Europa e da parte ocidental da Ásia, que giram em torno de um nível estagnado de desenvolvimento e fraco crescimento. Entre esses países, existem alguns que decaíram ao nível mais profundo de subdesenvolvimento e dependência. Eles adotam modelos que tendem à alienação econômica (AMIN, 1992).

A descrição dessa última categoria hoje reflete bem o caso do Haiti, que está em uma situação de dominação, crise econômica, baixo crescimento (ou melhor, decrescimento), miséria, alto índice de dívida e dependência (DORVILIER, 2012; JOACHIM, 1978; PIERRE-CHARLES, 1993). Esta situação de dependência econômica do Haiti não pode ser entendida sem considerar as relações permanentes de colonialidade ou neocolonialidade que este país mantém histórica e economicamente com outros países do mundo capitalista, em geral, e com a França, em particular.

A França aplicou todas as medidas possíveis, para poder dominar e explorar totalmente este esse território. Um retorno aos seus relatórios históricos de dominação mostra que a França, através da colonização, acumulou mais capital e enriqueceu, enquanto o Haiti mergulhou na extrema pobreza ao longo do tempo. A análise desse processo de acumulação de capital pela França atrai curiosidade e permite formular duas questões. Primeiro, como as populações africanas escravizadas em São Domingos experimentaram o domínio dos exploradores e acumuladores franceses de riqueza? Segundo, como a acumulação facilitou a ascensão de novas categorias neocoloniais dominantes na economia haitiana da independência a 1843?

Portanto, este artigo propõe uma investigação histórica sobre colonialismo e neocolonialismo como modelos de exploração no Haiti. Cada um desses modelos de exploração pertence a um período histórico em que existe uma organização social apropriada que facilita a acumulação de capital e o enriquecimento da França em detrimento dos haitianos. Neste artigo, fontes históricas e outros documentos são usados para mostrar que o Haiti tem sido o laboratório perfeito para testar e refinar esses modelos de exploração. Dados históricos são usados para descrever a organização social do período colonial francês (1630 - 1804). O artigo também usa dados históricos para descrever o processo de acumulação de riqueza do período pós-colonial e neocolonial entre 1804 e 1843 para o benefício da França, sobretudo com a aceitação do pagamento da dívida de independência.

Este artigo baseia-se em uma metodologia que considera a análise do conteúdo de documentos secundários por autores particulares e fontes históricas disponíveis sobre a história econômica e social haitiana entre 1630 e 1843. O artigo consiste em uma historiografia composta por documentos de arquivo e alguns trabalhos muito pouco conhecidos pelo mundo acadêmico brasileiro, de modo a levar uma nova visão à compreensão da história econômica e social do Haiti.

## 2 Considerações teóricas

O mundo capitalista, antes de se tornar o que é hoje, conheceu várias grandes correntes de pensamento econômico (AMIN, 1992). Os primeiros pensadores das leis econômicas do final do século XVI e do início do século XVII foram mercantilistas. Partindo do mercantilismo que defende o enriquecimento de um país pela injeção de dinheiro na economia e a intervenção de um Estado poderoso, o capitalismo passou por outras doutrinas igualmente importantes, como a fisiocracia, o liberalismo, o keynesianismo e o monetarismo para alcançar o triunfo do neoliberalismo no final de século XX (KLEIN, 2008).

A história econômica e social do Haiti está intrinsecamente ligada à do capitalismo contemporâneo. A história do Haiti é e sempre foi uma história econômica e social ligada à dominação no coração do sistema capitalista, independente da corrente dominante da economia. Nesse sentido, para melhor entender essa história ligada à dominação, é necessária uma perspectiva histórica e marxista. Essa perspectiva levará a uma compreensão do ato de acumulação de capital no Haiti e as respostas para as inquietações desta pesquisa podem ser esclarecidas a partir da dinâmica histórica.

Marx (1969, 1978) entendeu essa dinâmica de uma perspectiva materialista e sempre tentou apreender as grandes transições da história para compreender e explicar melhor o surgimento e o desaparecimento do que ele chamou de “modo de produção”, característica de cada uma das grandes idades da evolução da economia e seus sistemas de produção (MARX; ENGELS, 1872; MARX, 1969; 1978). Esta perspectiva influenciou amplamente as teorias do sistema capitalista mundial (HERRERA, 2001).

Esse dinamismo histórico da perspectiva marxista é usado neste artigo para capturar a aparência e o desaparecimento dos modos de produção em cada uma das várias organizações econômicas e sociais haitianas. De fato, essa perspectiva facilita a abordagem das origens do capitalismo no Haiti e das relações coloniais e neocoloniais que este país teve com outros países ao longo de sua história. Essa realidade será estudada do ponto de vista sociológico e econômico. Essa abordagem permitirá acompanhar a evolução e o surgimento dos novos dominantes e proprietários dos meios de produção das diferentes fases do Haiti.

O conceito de “acumulação primitiva” é utilizado pela primeira vez pelo economista clássico Adam Smith e se torna um conceito de grande importância para a economia política. Karl Marx (1978) conhecia sua importância e, para entender e explicar a gênese da acumulação capitalista, fez estudos mais aprofundados sobre esse conceito, descobrindo que:

A acumulação capitalista pressupõe a presença da mais-valia e essa produção capitalista que, por sua vez, só entra em jogo quando massas bastante consideráveis de capital e trabalhadores já estão acumuladas nas mãos dos produtores do mercado (MARX, 1978, p. 153).

A acumulação primitiva é o movimento histórico que separa o trabalho de suas condições externas. Uma vez controlado o trabalho dos produtores expropriados de suas terras, o principal meio de produção no sistema feudal, esse movimento histórico facilitou a transformação de servos em trabalhadores assalariados. Isso implica a emancipação dos produtores de servidão da hierarquia da economia capitalista industrial: grandes agricultores, banqueiros, industriais no topo da escala econômica. E na parte inferior da escala estão empregados, desempregados e vagabundos (MARX, 1978).

É após essa fase primitiva de acumulação que o sistema de economia burguesa realmente começa. Marx (1978) examina esta economia burguesa na seguinte ordem: capital, posse dos bens de produção, trabalho assalariado, Estado, comércio internacional, mercado mundial. Toda essa ordem segue a acumulação primitiva de capital. A partir desta ordem, ele pôde estudar as condições de existência econômica das três principais classes da burguesia moderna. Ele analisou a entrada do capital no domínio da produção, o controle que exerce sobre a vida material, mas sempre enfatizou a sucessão de metamorfoses nas várias formas de valor do capital. A análise de Marx sobre a acumulação dita “primitiva” pode ser interpretada como esforço de demonstrar que o capital precede a forma capitalista de produção. A marcha desta história poderia ser compreendida, por um lado, com a colonização de países da América e da África, o que reforça a acumulação do capital europeu; e, por outro lado, com a descolonização destes países, o que é um passo para fortalecer o sistema capitalista mundial pelo viés do neocolonialismo.

### **3 A acumulação de riqueza no Haiti: de 1630 à independência em 1804**

A história do território haitiano não começa com a independência em 1804. A primeira parte da história da ilha começa com os indígenas. Este é um período sobre o qual não há conhecimento suficiente por falta de fontes escritas. No entanto, essa fase histórica, que durou alguns milênios, estava chegando ao fim com o desembarque de europeus em 5 de dezembro de 1492. Após a chegada dos primeiros europeus, essa ilha se tornou a primeira colônia espanhola da América. O Haiti perde sua população indígena em benefício do capital espanhol sedento por acumular mais riquezas por meio da extração de ouro.

A data de 31 de outubro de 1627 marca oficialmente o início da colonização francesa nas Antilhas com a lei que estabelece a Associação dos Senhores das Ilhas da América. Nesse ato, a missão de habitar e povoar as ilhas São Cristóvão, Barbados e outras ilhas das Antilhas foi confiada aos Senhores de Enambuc e de Rossey (MOREAU DE SAINT MÉRY, 1784). Já a colonização francesa da ilha do Haiti teve início em 1630 com o estabelecimento de aventureiros franceses na Ilha de Tartaruga, a noroeste de São Domingos. Moreau de Saint Méry (1796) descreveu esses primeiros franceses como indivíduos bizarros que os espanhóis tinham expulsado da ilha de São Cristóvão e que se refugiavam na pequena ilha da Tartaruga, onde começaram a se estabelecer. Alguns anos depois, eles se estabeleceram em certas regiões do continente, apesar das incessantes lutas contra os espanhóis.

Após décadas de exploração e extermínio da população indígena, os enfrentamentos armados entre espanhóis e franceses obrigaram a Espanha a ceder um terço da ilha à França após o Tratado de Ryswick em 1697 (MADIU, 1981; MOREAU DE SAINT MÉRY, 1784; 1875). Deixando o modo de vida nômade, os franceses procuraram estruturar, consolidar e, principalmente, estender o território da nova colônia em benefício dos comerciantes burgueses e metropolitanos (MADIU, 1981; MOREAU DE SAINT MÉRY, 1784; 1796).

**Figura 1: Mapa da ilha de São Domingos. Delisle, Guillaume (1675-1726).**



Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

A corrente econômica dominante na gênese do capitalismo é o mercantilismo. A Espanha ainda era feudal demais para explorar de fato as riquezas da ilha de São Domingos em seu próprio benefício. Com a presença dos cativos africanos – transformados em escravos e, ao mesmo tempo, em mercadorias na lógica de exploração excessiva do homem pelo homem e do comércio triangular Europa – África, África – América e América – Europa –, os franceses transformaram o terço ocidental da ilha em campos agrícolas (MADIOU, 1981; MOREAU DE SAINT MÉRY, 1796; 1875). A França transformou esse espaço em uma colônia típica do capital mercantil. Os franceses comportavam-se como técnicos de acumulação, deixaram o seu país por causa de restrições econômicas, sociais, políticas e religiosas (JOACHIM, 1978; MADIOU, 1981; MOREAU DE SAINT MÉRY, 1796). Começaram com pequenas fazendas de tabaco, anil, cana de açúcar e algodão. São Domingos, graças à qualidade de seus produtos, estava começando a atrair mais comerciantes europeus, sobretudo franceses:

Como as aristocracias e burguesias da Europa exigiam cada vez mais produtos tropicais, a crescente classe capitalista na França do século XVII aproveita essa oportunidade de acumular riquezas. Nessa época do mercantilismo, essas classes começaram pensando em comercializar alimentos exóticos [...] destinados a diversos usos (JOACHIM, 1978, p. 11).

Espaços da colônia tinham sido reservados para o plantio exclusivo desses importantes produtos para o capital francês, destinados a diversos usos (MADIOU, 1981). A classe capitalista se beneficiou do sistema exclusivo, segundo o qual as colônias existem exclusivamente para a metrópole. No caso de São Domingos, a França metropolitana tinha poder total para explorá-la.

Para realizar esta exploração ao máximo, a plantação mercantil gozava de financiamento de empresas das metrópoles (CASIMIR, 2001). As companhias europeias de transporte marítimo se consagraram ao tráfico negreiro para que os fazendeiros pudessem se beneficiar do trabalho gratuito dos africanos transformados em cativos, em seguida em mercadoria e, enfim, em escravos. A monarquia francesa acompanhava a colonização de São Domingos com agentes próprios: governadores, intendentess e oficiais reais.

O código negro foi implantado para regularizar as condições de vida dos escravos africanos (MADIOU, 1981). Os administradores coloniais controlaram a organização nas plantações e instauraram o regime brutal de opressão baseado na discriminação racial e no processo de aculturação dos escravos (DUBOIS, 2009; MADIOU, 1981).

Com o acompanhamento das autoridades francesas, os colonos expandiram suas fazendas para aumentar a exploração agrícola. O número de plantações em São Domingos aumentou com uma rapidez surpreendente. Entre 1700 e 1704, o número de plantações passou de 18 para 120 em toda a colônia. Em 1758, somente o norte de São Domingos contava com 288 plantações com refinarias de açúcar. Os colonos franceses e seus parentes se tornaram grandes proprietários de fazendas coloniais. Eles vieram para a América fazer fortuna com o objetivo de melhorar suas condições de vida, em muitos casos com objetivo de retornar à França para desfrutar da riqueza recém conquistada com sangue e trabalho árduo dos escravos africanos.

Para alcançar o objetivo de melhorar suas condições de vida, primeiro foi necessário explorar e deteriorar as condições de vida de cativos africanos transformados em escravos. No início da agricultura, escravos africanos e brancos aprendizes cultivavam as plantações. Naquela época, em 1687, a colônia contava 4.411 brancos contra 3.358 africanos. No entanto, no século XVIII, os africanos tiveram que suportar todas as hostilidades lançadas contra eles em um sistema organizado de acordo com critérios raciais:

[...] a força vital da plantação era de ascendência africana. Em 1700, a população escravizada era de 9.082 indivíduos, enquanto a população branca havia diminuído em várias centenas. Quando as plantações proliferaram nas décadas seguintes, o número de escravos aumentou dramaticamente, em meados do século havia quase 150.000 escravos e menos de 14.000 brancos, e no início da Revolução a população da colônia era de 90% de escravos (DUBOIS, 2009, p. 42).

O sistema trouxe resultados efetivos para o capitalismo francês. Em 1743, a produção de São Domingos supera a de todas as Antilhas e, em 1776, este pequeno território fornecia quase metade da produção mundial de açúcar. A indústria manufatureira colonial e o comércio aportavam mais riquezas para a França que toda a América espanhola para a Espanha (CASTOR, 1998; MADIU, 1981). A manufatura funciona graças às grandes exportações agrícolas. Havia, apesar de tudo, oposição de interesses entre colônia e metrópole, negociantes e grandes fazendeiros brancos. Por outro lado, havia oposição ou luta de classes entre grandes e pequenos brancos, mulatos e negros livres.

Contudo, o peso demográfico dos escravos negros e seu ódio contra o sistema de opressão racial complicou as oposições de classes com as revoltas antiescravistas. Paralela à ideia da Revolução Francesa de 1789, a revolta geral dos escravos conduziu à abolição da escravidão. A abolição da escravidão engendrou uma grande crise e o fim da empresa do açúcar, mas é também o resultado do desgaste e da sabotagem irracional da plantação e do mal tratamento aos escravos africanos. Por fim, houve a estagnação técnica e bloqueio da especialização na divisão do trabalho (CASIMIR, 2001).

**Figura 2: Revolta dos negros em São Domingos**



Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

Com a abolição da escravidão, a administração colonial tentou conservar o mesmo sistema de grandes plantações açucareiras, mas sobre as novas relações sociais de produção entre grandes proprietários de terras e antigos escravos. Por isso, as autoridades da França metropolitana enviaram as comissões com a tarefa de tomar as primeiras decisões para alterar as relações de produção na colônia.

As primeiras disposições da metrópole queriam que o sistema escravista fosse transformado em um sistema feudal, no qual haveria relações servis entre proprietários de terras (antigos senhores) e antigos escravos. Com o objetivo de salvaguardar a colônia, em 3 de setembro de 1783, Étienne Poulverel escreveu a seu colega Léger-Félicité Sonthonax:

Que prosperidade podemos esperar sem trabalho? E que trabalho podemos esperar dos escravos que se tornaram livres, se você não começou fazendo com que sentissem a necessidade dando-lhes propriedades e prazeres que até agora eram desconhecidos para eles [...] (CASTOR, 1998, p. 24).

No dia seguinte, 4 de setembro, Polverel destacava aos antigos escravos que ele não dissociava a liberdade dos direitos de propriedade. Ex-escravos sem propriedade ou que possuíam um terço de propriedade em pousios, sem habitação e sem qualquer meio de produzir foram forçados a trabalhar nas fazendas dos grandes proprietários. Isto era o que Sonthonax desejava. Ele queria recuperar o trabalho dos ex-escravos, mas em novas relações de produção e em outro sistema econômico. No entanto, a maioria dos meios de produção permaneceu propriedade dos grandes colonos plantadores. A partir daí, houve a convivência entre as grandes e pequenas propriedades.

Nestas novas relações de produção, os ex-escravos foram forçados a vender sua força de trabalho para possuir um “lugar para morar” ou comprar um lote de terra. O lugar para morar é um pedaço de terra que um grande proprietário lega àqueles que operam sua propriedade para que ele possa reproduzir sua força de trabalho. O local de moradia é uma característica do sistema colonial feudal. Por causa das moradias, houve um pequeno aumento das pequenas explorações agrícolas. Isto provocou uma redução na produção agrícola manufatureira.

Além da fragmentação das propriedades pelo fenômeno do espaço de moradia, houve outras razões para esta redução. Primeiro, os proprietários que doavam suas terras em áreas de cultivo dificilmente se preocupavam com a agricultura ou rendimento agrícola. Segundo, os produtores estavam muito mais interessados em sua parcela do que em grandes propriedades. Ao invés de seguir na ótica da industrialização ou de grandes explorações, as relações feudais ocuparam um espaço cada vez mais importante.

Essas mudanças que foram operadas fizeram de São Domingos uma colônia com características do sistema de produção feudal descrito por Marx (1978). De acordo com este autor: “a característica mais marcante da produção feudal em todos os países da Europa Ocidental é a divisão do solo entre o maior número possível de homens fiéis” (MARX, 1978, p.158). Em São Domingos, esta foi a característica que se tornou mais destacada logo que grandes proprietários dispuseram suas terras em meação. A presença dos meeiros espalhados em uma grande propriedade resultava

em uma pequena produção. Dá-se, assim, a passagem de uma grande produção manufatureira a uma produção parcelada de subsistência.

De acordo com a descrição do sistema feudal de Marx: “ele era do senhor feudal como qualquer outro soberano; seu poder dependia menos da redondeza de sua bolsa do que do número de súditos, ou seja, do número de camponeses estabelecidos em seu domínio” (MARX, 1978, p. 158). Em São Domingos, não houve senhor de fato. Foram os grandes fazendeiros e outros proprietários de grandes domínios que desempenharam este papel enquanto os ex-escravos desempenharam o papel de servos. Nesta relação de trabalho, o castigo corporal contra os escravos não era mais útil.

A relação entre metrópole e colônia, porém, persistia apesar das dificuldades para reiniciar de fato as manufaturas. Isto deixa subentendido que no começo a revolta dos escravos não era anticolonialista, mas também não era anticapitalista (DOUBOUT, 1973).

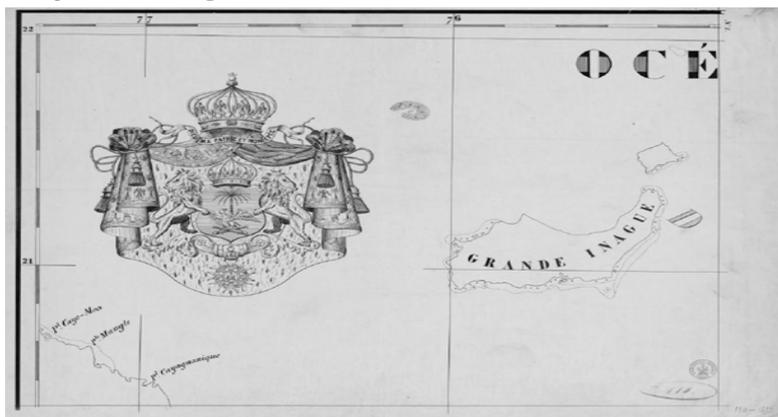
Na verdade, no período que sucedeu a revolta dos escravos, o modo de produção era feudal. Este sistema representa um bloqueio para a exploração excessiva dos trabalhadores e ao desenvolvimento do capital francês. Contudo, a Revolução teve uma reviravolta e perturbou o sistema colonial como um todo até a declaração da independência do Estado, sob o nome de Haiti, em 1º de janeiro de 1804. Com a independência em 1804, o país encontra-se na tentativa de passar do feudalismo para o capitalismo sem a presença dos colonos.

#### **4 O neocolonialismo e a acumulação do capital no Haiti: de 1804 a 1843**

A partir da independência, o país mostrava todas as características de uma profunda instabilidade sociopolítica e um marasmo econômico (CASTOR, 1998; GAILLARD-POURCHET, 1993; HECTOR, 2009; PIERRE-CHARLES, 1993). Na gênese do novo Estado, os primeiros governos dispunham de pouquíssimos meios para combater os efeitos de uma fundação no mundo internacional, que ainda adotava a escravidão como relação de produção. As perdas materiais causadas pela guerra de independência atrasaram a retomada normal das atividades econômicas.

Ao mesmo tempo, a nova nação representava um perigo para a economia mundial, tentando estabelecer suas primeiras fundações em um contrato compartilhado por todos os novos cidadãos haitianos e centrado no abandono da escravidão, no domínio colonial e nas relações de produção social baseada em critérios raciais (HECTOR; HURBON, 2009; HECTOR, 2009). Os primeiros dirigentes, em particular, Jean-Jacques Dessalines (Jacques I) e Henri Christophe (Henri I), tentando reencaminhar a situação econômica desde o início e instituindo as novas estruturas econômicas baseadas sobre a grande propriedade estatal e as relações sociais de produção menos ferozes e mais humanas que as relações raciais de produção da época colonial (HECTOR; HURBON, 2009; EMPIRE D'HAÏTI, 1805).

**Figura 3: Mapa do Império do Haiti elaborado de acordo com a ordem do governo haitiano nos documentos mais recentes e sob a direção de A. Magin, ... 1853.**



Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

As primeiras leis e constituições haitianas optaram pelas grandes propriedades e promoveram a agricultura, que consideravam a principal fonte de riqueza para a nação (EMPIRE D'HAÏTI, 1805). Porém, logo após a independência houve o desenvolvimento de pequenas propriedades e das relações feudais que contribuíram para o desenvolvimento da economia e, principalmente, da grande produção manufatureira. Esta situação começou logo após a abolição da escravidão. Como resultado, o governo Jacques I

tomou medidas para manter grandes fazendas, a fim de reconstruir a base da economia do país. Em sua política, Dessalines está muito mais próximo de um tipo de capitalismo de Estado baseado na nacionalização da terra e na luta pela ampliação do setor público de propriedade da terra, controle comercial rigoroso caracterizado por medidas para combater a monopolização do comércio local por um grupo muito pequeno de grandes comerciantes. Ele criou um setor estatal de comércio e estabeleceu os preços para *commodities* de exportação. Tudo isso dá a esta política uma orientação claramente intervencionista (DOUBOUT, 1973).

Esse projeto de sociedade centrado em uma economia orientada para o Estado, baseada na igualdade e na liberdade, foi derrotado pelos mulatos que acreditavam que eram os verdadeiros herdeiros dos antigos meios de produção pelo simples fato de que eles eram filhos de colonos brancos, franceses e antigos proprietários. Eles patrocinaram o assassinato de Jacques I em 17 de outubro de 1806 e garantiram a retomada da antiga organização social e econômica da colônia francesa. O assassinato provocou a divisão do território da antiga colônia francesa em dois estados independentes e rivais. No norte, Henri Christophe instituiu o Reino do Haiti e foi proclamado rei sob o nome de Henri I. Ele tentou continuar a política econômica de Jacques I que beneficiava todos os cidadãos, independente da cor de sua pele. No sul, Alexandre Pétion estabeleceu uma República e se tornou o primeiro presidente (do Haiti). Na República, Pétion retomou as antigas relações de classe entre dominantes e dominados com base em critérios raciais.

No Reino do Haiti, o rei Henri I tentou reconstruir a economia com base em grandes operações agrícolas para alimentar a grande produção manufatureira, mantendo a propriedade dos meios de produção (HECTOR; HURBON, 2009). Henri I caminhava em direção ao capitalismo de corrente mercantil.

Não seria exagero comparar a política de Christophe, pelo menos em seu aspecto monetário, com a da era do mercantilismo europeu. Para ele [...], o estado forte é aquele que acumula muito dinheiro. A Inglaterra é o modelo dele. Segundo ele, este país é respeitado graças à riqueza monetária do Estado inglês (DOUBOUT, 1973, p. 07).

Neste período, Marx já tinha fornecido informações sobre o processo de expropriação das massas pelos capitalistas na Inglaterra. E isso teve consequências negativas para toda a população do país (MARX, 1978). No capitalismo de Henri I, não havia expropriação da população camponesa, pois a terra já pertencia ao Estado, mas o modelo adotado possuía algumas características do mercantilismo europeu descrito por Marx (1978).

Nesse mercantilismo, havia o desenvolvimento efetivo da produção manufatureira graças à grande exploração. Apesar das difíceis condições de trabalho, os trabalhadores gozavam de certos serviços sociais básicos, pois o excedente do comércio estatal com os países estrangeiros fortalece a capacidade do setor público de construir mais escolas, hospitais e outras manufaturas podendo criar outros excedentes (HECTOR; HURBON, 2009).

Esta política de manutenção da grande produção industrial implementada por Henri I acionou uma rigorosa exploração dos trabalhadores, com o objetivo de coletar recursos suficientes para salvaguardar a independência do país. Na realidade, salvaguardar a independência do país era uma prioridade. O exército absorveu grande parte do orçamento nacional. Os trabalhadores precisavam confiar nos requisitos econômicos (HECTOR, 2009). A tarefa de recolocar a economia em um bom caminho dependia da força de trabalho dos camponeses.

Para recompensar os trabalhadores, a realeza também realizou projetos muito grandes para toda a população e que permanecem hoje no patrimônio do país. A política de Henri I era uma política sistemática de acumulação de capital com um desenvolvimento agrícola baseado na grande produção manufatureira. Nessa política, a produção manufatureira foi a fase inicial de um desenvolvimento industrial. Houve também a ampliação do comércio, a fim de vender mais e, assim, acumular mais dinheiro em uma perspectiva constante de defesa da consolidação da independência nacional (DOUBOUT, 1973). Isto supõe que havia um projeto de sociedade que melhoraria muito a vida da massa, levando em consideração outras realizações, como escolas, hospitais, fundições etc (DOUBOUT, 1973; HECTOR; HURBON, 2009).

As políticas econômicas de Jacques I, nos dois primeiros anos após a independência, e de Henri I, de 1807 até sua morte, marcaram o início do novo país no sistema capitalista europeu da era mercantil. Contudo, a natureza opressiva das forças armadas na administração de propriedade estatais e a baixa remuneração dos trabalhadores não ajudaram a melhorar a situação econômica e social do país. Os trabalhadores preferiam fugir das plantações para se estabelecerem nas colinas, enquanto o exército se transformava em um instrumento real para oprimir os camponeses.

Na República do Haiti, ao sul da ilha, a destruição do domínio colonial não impede a criação de uma nova classe dominante na sociedade haitiana (CASTOR, 1978). A situação está se tornando cada vez mais catastrófica para os camponeses compostos em grande parte por ex-escravos. Os camponeses sofreram todo tipo de restrição por parte do Estado.

O presidente Alexandre Pétion distribuiu terras no domínio público e privado do Estado, a fim de se tornar popular em certos setores da sociedade. No entanto, os camponeses não desfrutavam da terra. Pelo contrário, os estratos dominantes os forçaram a se transformar em uma classe de meeiros que trabalham nos campos dos oficiais superiores do exército. A questão da cor reapareceu, já que apenas mulatos e outros grupos da classe dominante tiveram direito à educação (RENÉ, 2014).

Pétion opta por uma política econômica diametralmente oposta à de Jacques I e de Henri I. Ele favoreceu a apropriação privada de grandes áreas do Estado por um pequeno grupo de mulatos, grandes funcionários públicos e figuras militares de alta patente. Nesta forma de doação, as grandes figuras militares e políticas receberam de 150 a 2.000 hectares de solo cultivável nas planícies. Essa apropriação levou a uma ruptura com as práticas dos dois antigos chefes de Estado que, apesar de tudo, pretendiam expandir os serviços do setor público e da indústria manufatureira. Além disso, surge a prática de fazer pequenas doações de terra a servidores públicos de baixo escalão, civis, oficiais e soldados. Essas pequenas personalidades do exército e do setor privado, porém, receberam de 6 a 45 hectares em áreas remotas do país (DOUBOUT, 1973).

Após a morte de Pétion, seu sucessor, Jean Pierre Boyer, continuou com a mesma política de distribuição. A queda do reino e a reunificação do Reino do Haiti com a República do Haiti após a morte de Henri I, em 1820, permitiram Boyer introduzir essa política no norte do país. O ano de 1826 marca a redução da distribuição de terras. Nessa política, esses novos grandes proprietários dos meios de produção mais importantes poderiam iniciar uma grande exploração agrícola com facilidade. Os funcionários públicos de baixo escalão constituíam um setor de pequenos e médios proprietários dispersos entre as grandes propriedades. Estas pequenas propriedades possuíam terreno suficiente para fazer apenas plantações de subsistência. A consequência disto foi o reinício da coexistência entre grandes e pequenas propriedades após a experiência da abolição da escravidão. O Estado distribuiu essas pequenas propriedades apenas entre a classe política e o exército. E este novo ator no cenário da produção agrícola tornou-se cada vez mais importante à medida que ofereceu uma nova mercadoria a ser explorada. Tratava-se do café, que tinha duas vantagens: demandava menos espaço que a cana-de açúcar e poderia ser cultivado nas montanhas.

Analisando a história econômica do Haiti de 1807 a 1848, através das relações sociais de produção, Doubout (1973) identifica esse período como o estabelecimento de um regime semi-colonial e semi-feudal. As características econômicas de tal regime mostram efetivamente seu lado feudal e neocolonial. Na classe dominante, os grandes proprietários de terras e suas relações com seus meeiros são a expressão do aspecto feudal do regime, enquanto os grandes comerciantes são representantes imediatos do neocolonialismo. Mas o verdadeiro caráter neocolonial pode ser visto com o governo de Boyer, que concordou em pagar à França uma compensação pelo reconhecimento da independência do país. A partir desse momento, o Haiti se tornou o primeiro laboratório do neocolonialismo.

O Haiti enfrentou o isolamento internacional após a independência. As relações comerciais do Haiti com outros países à época não constituíam relações legais e diplomáticas. No entanto, as negociações para o reconhecimento da independência por parte

da França mudariam isto. As primeiras relações diplomáticas do Haiti levaram este país a aprender sobre subjugação.

Em 17 de abril de 1825, Charles X emitiu um decreto real no qual exigiu do Haiti o pagamento de uma compensação de 150 milhões de francos, a ser pagos em cinco parcelas, pelo reconhecimento de sua independência (GAILLARD-POURCHET, 1993). Desde a publicação deste decreto, uma política anti-nacional é realizada pelas autoridades haitianas. O fim do isolamento internacional do Haiti significa que a antiga metrópole possui maior espaço de manobra neocolonial diante da concorrência de comerciantes ingleses e americanos que já empreendiam o comércio de maneira ilegal com o Haiti antes do reconhecimento de sua independência.

Com a exigência de um alto pagamento à França para o reconhecimento de sua independência e a alteração no cenário do comércio exterior, a situação econômica do Haiti se tornou cada vez mais difícil. Na mesma época, houve o aumento do cultivo de produtos tropicais em outros países e Haiti passou a ser dominado pela política neocolonial francesa. O governo haitiano recorreu a um empréstimo de 30 milhões de francos a uma taxa de 6% e reembolsável em 25 anos com um banco francês.

Para pagar suas dívidas, o Estado deu ênfase à produção cafeeira, um produto das pequenas propriedades. O café tornou-se, portanto, a moeda comum das várias transações entre a França e o Haiti. A França, então, toma o controle sobre a receita gerada pelo café para o pagamento de dívidas. O café haitiano estava a serviço da economia francesa, particularmente no Porto de Havre. Este produto agrícola representou para o Haiti a garantia do pagamento de suas dívidas externas e, para a França, o lucro desses acordos comerciais (GAILLARD-POURCHET, 1993; GIRAULT, 1982). Ao mesmo tempo, este Estado foi prejudicado pela burguesia nacional, que não incentivou suficientemente o sistema de crédito no país e também não contribuiu para a implementação de projetos de desenvolvimento.

O pagamento dessa indenização indignou a população haitiana que estava sujeita ao código rural de Boyer e que assistia às remessas periódicas de riqueza haitiana para os portos da França (GAILLARD-POURCHET, 1993; GIRAULT, 1982; MILLET, 1978). O

Haiti renegociou sua dívida em 1883, porque não conseguia mais atender às exigências da França. Em 1840, a França assinou um tratado comercial com o Haiti para obter o pagamento das quantias acordadas e garantir uma melhor fatia do mercado haitiano, que começava a se afastar daquele país e a se aproximar da Inglaterra e dos Estados Unidos. Em 1875, o conjunto das renegociações da dívida conduziu à chamada “dupla dívida”. Isto consiste em duas obrigações, indenização e empréstimo do contrato, celebradas em 22 de dezembro de 1870. Essa dívida dupla atinge o valor de 90 milhões.

**Figura 4: Navio deixando o Porto de Havre: [fotografia]/ Louis-Cyrus Macaire, 1851**



Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

Os camponeses e ex-escravos sofreram servidão econômica e ofensas da tirania militar, impostas pelas pessoas das classes dominantes. Eles constituíam uma classe de meeiros, servos ou camponeses sem terra. Essa classe exigia o direito de possuir os meios de produção e uma vida melhor. Diante dessas políticas, os camponeses organizaram movimentos de protestos que levaram

à saída do presidente Jean Pierre Boyer, em 1843 (RENÉ, 2014). Após o exílio de Boyer, o capitalismo europeu e o norte-americano, através de seus representantes na economia haitiana, reforçaram o triunfo da política de Pétion até o domínio do imperialismo americano. Durante esse período de acumulação de riquezas, as classes dominantes e exploradoras nunca incentivaram mudanças econômicas sem passar pela exploração excessiva de trabalhadores e camponeses. Durante todas as etapas da história haitiana, os camponeses sofreram todas as consequências das decisões políticas e econômicas das autoridades haitianas.

## **5 Conclusão**

Analisar historicamente a situação socioeconômica do Haiti está se tornando uma tarefa cada vez mais árdua, tendo em vista a dinâmica social. Isto é ainda mais difícil quando se trata de diagnosticar o acúmulo de riqueza em todas as fases da história de uma sociedade. É o caso deste estudo sobre colonialismo e neocolonialismo como modelos de exploração no Haiti. A França se beneficiou muito desses modelos de exploração para se tornar o que representa hoje no capitalismo contemporâneo. Tudo começou com as lutas ferozes que travaram contra os espanhóis, os sedentos de ouro e os exterminadores dos nativos americanos. Cada um desses modelos de exploração pertence a um período histórico em que existe uma organização social apropriada que facilita a acumulação de capital e o enriquecimento da França às custas dos haitianos. Os franceses conseguiram efetivar uma acumulação graças à exploração colonial, à grande plantação de cana e ao trabalho livre dos escravos.

De modo geral, as raízes históricas da acumulação para esta fatia da história haitiana se aprofundaram na colonização do seu território. Essa colonização contribuiu muito, primeiro, para o enriquecimento da Europa em detrimento dos trabalhadores coloniais e, segundo, para o desenvolvimento mundial do sistema capitalista. As populações haitianas indígenas e de origem africana foram terrivelmente vítimas dessas sociedades coloniais. A riqueza acumulada foi inicialmente para a Espanha e depois para

a França, enquanto a pobreza permaneceu entre as populações africanas durante todo o período colonial.

Essa exploração exagerada dos escravos pelos colonos termina com a revolução de São Domingos e a proclamação da independência do Haiti, em 1804. Os sacrifícios pela independência criaram uma situação econômica, política e social catastrófica. Durante essa história, que teve um mal início, os momentos de crise sucederam-se e afetaram todo o sistema do novo Estado em todas as suas dimensões. Após o assassinato de Jacques I, a convivência com grandes e pequenas propriedades privadas que possuíam meios de produção triunfou às custas da grande propriedade estatal proposta pelo imperador. Após a independência, uma primeira forma de acumulação de riqueza ocorreu no capitalismo de Estado, através das políticas de Jacques I e de Henri I para dar um novo impulso à economia nacional. Essa política visava criar uma categoria dominante que gerencia e trabalha as terras do Estado.

Com as políticas neocoloniais de Pétion e seus sucessores, uma nova forma de acumulação apareceu com novas relações sociais de produção. Camponeses e ex-escravos foram vítimas deste novo sistema implementado por Pétion. Posteriormente, o Haiti tornou-se em 1825 sob o governo de Boyer, o primeiro laboratório de neocolonialismo imposto pela antiga metrópole, a França. Na primeira metade do século, outra grande crise se seguiu ao assassinato de Jacques I. Este é o movimento de protesto de camponeses que levou à queda de Boyer em outubro de 1843. A situação piorou ainda mais para os trabalhadores com o reaparecimento dos antigos colonizadores na esfera econômica haitiana. Eles dominaram a economia e participaram da desestabilização do país no plano político para defender seus interesses.

O neocolonialismo ainda está presente no Haiti, mas hoje ele está sob a forma de imperialismo e beneficia os Estados Unidos. Em todos esses períodos e até os nossos dias, os camponeses ainda são as principais vítimas. A separação social entre a classe dominante e a classe dominada aumentou e continua a aumentar na sociedade haitiana hoje em pleno coração do neoliberalismo imposto ao Haiti pelo imperialismo americano. Esta pesquisa permitiu ver

JHON KELLY MONACÉ  
WALDECY RODRIGUES  
NILTON MARQUES DE OLIVEIRA

que a economia haitiana nunca afastou totalmente o capital e a dominação, por vezes abusiva, de estrangeiros, com exceção dos governos de Jacques I e Henri I. Os verdadeiros acumuladores de capital, ao longo da história do Haiti, são os estrangeiros.

Tradução do francês para o português por Érica Sales Chaves.